

# O PENSAMENTO DO MESTRE LIBERTÁRIO EM REVISTA

*SILVA, Antônio Ozaí da*  
Maurício Tragtenberg: militância e pedagogia libertária.  
Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2008.

POR

*Leonardo Barbosa e Silva<sup>1</sup>*

**N**a introdução de seu livro, Antonio Ozaí da Silva apresenta sem rodeios o objetivo da obra: analisar a contribuição de Maurício Tragtenberg à pedagogia libertária. Não obstante a exatidão do anúncio, não é simplesmente a isso que o leitor terá acesso. Vê-se na obra uma tripla realização ou triplo objetivo. Aquele anunciado oficialmente pelo autor é evidente e possui seu clímax no último capítulo. Os outros três capítulos, além de fornecerem toda a sustentação para o arremate projetado, exprimem a um só tempo uma homenagem carinhosa àquele intelectual que o orientou durante a pós-graduação e uma correção à imagem de Tragtenberg historicamente constituída, derrubando rótulos e enquadramentos. Tragtenberg é abordado, corriqueiramente, ora como um intelectual weberiano, ora como um anarquista. Ozaí, sem anunciar, polemiza com as aproximações fáceis. Entretanto, a homenagem parece tirar da obra a crítica pertinente ao voluntarismo das ideias de seu mestre.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Artes, Filosofia e de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Sociologia pela UNESP/Araraquara. End. eletrônico: leonardo@fafcs.com.br

Observa-se, primeiramente e sem grande esforço, que se está diante de uma justa homenagem à memória de seu preceptor. O afeto elegante se infiltra nas páginas, sem constrangimento, e desenha um perfil biográfico marcadamente comprometido com princípios humanistas. Sabe-se que a relação orientador-orientando pode ser entrecortada por chuvas e trovoadas, mas, ao que, via de regra, indicam as páginas dedicadas aos agradecimentos nas dissertações e teses, as cicatrizes da relação expressam enorme gratidão. Em boa medida, o livro cumpre este papel, o de revelar a gratidão. Os indícios são significativos, sobretudo quando emergem personalidades, relatos do conteúdo das relações privadas, destaques da personalidade, normalmente carregando um tom carinhoso para a descrição, ou submergem as críticas.

No entanto, o foco não é, realmente, esse. Naquilo que se coloca como central, o autor apresenta-nos uma fração considerável do universo histórico, social e teórico compartilhado por Tragtenberg. Deseja-se recompor a trajetória militante e intelectual que substancia sua pedagogia libertária. Didaticamente, tal trajetória foi cindida, a título de apresentação, em duas partes: a primeira, biográfica/militante e a segunda, teórica. A cisão justifica-se, na ordem e no conteúdo, pelos compromissos metodológicos de Ozaí. Certo de que as ideias deitam suas raízes em contextos historicamente determinados, cujos atores protagonizam sua construção, ainda que nos limites de certas circunstâncias, o autor parte das condições materiais a que Tragtenberg teve acesso como elementos de determinação dialética – sempre em última instância – da produção intelectual.

Como o objeto da obra é um autodidata, o autor deixará claro que muito da formação teórica combinará elementos não oficiais ou razoavelmente distantes da educação formal. Esse é, sem embargo, a pedra de toque para o entendimento das inclinações de Tragtenberg para abordar e defender a autogestão e a liberdade no ambiente escolar. Cada um dos universos informais, responsáveis por compô-lo como ser humano, tem tanta ou mais importância do que aqueles marcados pela oficialidade. E, por isso mesmo, são chamados também de “minhas universidades”. Sua família, seu convívio com a militância de grupos do PCB, PSB e trotskistas, a presença na biblioteca Mario de Andrade, o emprego de escriturário, a aproximação com o Centro de Cultura Social e as amizades de Singer, Abramo, Florestan e Antonio Candido, todos foram verdadeiras universidades.

Sua primeira universidade parece ter sido, como alerta Ozaí, o vínculo com populações judias pobres, emigradas da Europa Oriental e instaladas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, em São Paulo. Aos olhos de muitos, os judeus

parecem gozar de relativa homogeneidade cultural. Tal generalização é desfeita quando conhecemos os efeitos da divisão de classes no seio desse agrupamento religioso. Por esse viés, Tragtenberg não era simplesmente um judeu, mas fora um judeu pobre. Compartilha com seus antepassados as memórias da perseguição e, por isso, a rechaça, na defesa da existência concomitante dos Estados de Israel e da Palestina.

Ênfase também é dada à sua origem judia oriental, pois o mergulhou num ambiente cujas conversas familiares por vezes abraçavam a Revolução Russa. Inegavelmente, sua infância foi politizada. Como se pode aferir, da vivência entre partidos e agrupamentos de militantes, Maurício Tragtenberg tira duas lições: aquela que positivamente lhe confere toda a bagagem teórica que envolve o balanço sobre a aventura revolucionária de 1917 e a que negativamente cristaliza a repulsa à burocratização.

Ozaí exhibe Tragtenberg como crítico contumaz do chamado marxismo-leninismo-trotskismo. Este é concebido como um conjunto de teses e práticas sustentadas na posição destacada, iluminada e autoritária da vanguarda revolucionária, tal como imaginada, inauguralmente, por Kautsky e desenvolvida, posteriormente, por Lenin. A vanguarda, agindo alheia à massa trabalhadora, descola-se da realidade em que se insere, tomando uma consciência autóctone das missões do presente. Concepções que, nessas circunstâncias, também estão descoladas do real.

Em suas manifestações históricas, a vanguarda, durante a Revolução Russa, deu mostras de seus equívocos. Reprimiu violentamente os marinheiros de Kronstadt, anulou a autonomia dos conselhos e fuzilou as lideranças da Oposição Operária. Sua manifestação exemplar pode ser visualizada nos anos que sucedem a Revolução Bolchevique. Na contramão dela, Tragtenberg assume o compromisso com a liberdade e esta redundava na defesa da auto-organização dos trabalhadores, na constituição de conselhos de fábrica, ambos avessos à verticalização da hierarquia manifesta no PCUS e submissão dos soviets à vontade do Secretariado Geral do mesmo partido. O livro em questão é categórico: nos termos de Tragtenberg, não haveria saída fora da autogestão operária. Menos importantes são os conteúdos das reivindicações econômicas, e mais relevantes são as formas livres e coletivas que são construídas. Os trabalhadores, por meio da democracia direta, deveriam exercer o controle coletivo dos meios de produção.

A bem da verdade, ainda que boa parte da crítica ao stalinismo se sustente em referenciais e teóricos anarquistas, somos advertidos de que o militante da

pedagogia libertária nunca renunciou ao instrumental marxiano. A condenação de vários marxismos não pode jogar fumaça sobre a recorrente utilização do método materialista dialético. Com respeito às análises sobre os desdobramentos da aventura soviética, Maurício Tragtenberg condena vários marxismos, mas absolve Marx. Prova disso é que não atribui a Marx qualquer monolitismo, tal como se pode imputar ao estruturalismo marxista. Daí se pode compreender o destaque dado, no conflito maior da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) entre Marx e Bakunin, à razão do primeiro. Ozaí recorda que são evidentes as críticas ao centralismo e à rigorosa disciplina da organização bakunista, em detrimento da valorização da espontaneidade do momento social. Da mesma forma, revela como foi rejeitado o antissemitismo e o racismo expressos nos termos do diálogo da AIT, quando Bakunin se referia a seu adversário como “o judeu Marx”. Por fim, externou a detecção da séria carência: o anarquismo não possuía uma crítica sistemática ao capitalismo.

Tal como o foi descrito, Tragtenberg não pode ser considerado um ortodoxo, visto que bebia nas fontes sem se render a elas. Colhia as armas da crítica, sem ser soldado de um exército. Nesse sentido, Ozaí soube justificar o “ecletismo” de seu orientador.

Fez justiça, igualmente, com os recursos weberianos intensamente utilizados. Duplamente, eu diria. Primeiramente, ao demonstrar que apropriar-se das análises do intelectual de Weimar não significa integralizar-se weberiano. A crítica aos limites materiais e teóricos do alemão é evidenciada para que o julgamento sumário e apressado não cometa confusões. O método weberiano, assentado na neutralidade axiológica, nunca foi assumido. Pelo contrário, foi denunciado, visto que a defesa da isenção de valores, igualmente, implica valores. Portanto, qualquer que seja a demanda por neutralidade e objetividade plena nas ciências, ela é, em essência, ideológica. Por tal ponto de vista, impossibilitada a imparcialidade, incumbe-se a ciência de revelar, sempre a princípio, seus compromissos. Assim, novamente é destacada a responsabilização que Tragtenberg impõe à prática intelectual. A ciência, para ele, está sempre comprometida, bem como seus conceitos não se encontram soltos no ar, mas agarrados às suas respectivas realidades.

Por outro lado, aos olhos de Ozaí, Tragtenberg reforça a interpretação de que Weber não foi um teórico simpático à burocracia. Na verdade, Weber apontava as mazelas de um mundo desencantado e carente de liberdade e carisma. Longe de

empunhar a bandeira da racionalização extremada, ele exprimia seu efeito mais danoso, compreendido pela desumanização e coisificação.

Outras interpretações que identificam a visão weberiana e a burocracia como pares perfeitos ressoam com frequência. Bresser Pereira, por exemplo, em sua sanha por demolir a burocracia ou a administração burocrática nos anos 1990, à frente do MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado), associou-a a Weber e foi prontamente corrigido por Chico de Oliveira no prefácio de *As novas faces da educação superior no Brasil*.

Nessas contendas, como se pode perceber na leitura, Tragtenberg se enveredou de forma substancial quando trabalhou na Fundação Getúlio Vargas ministrando disciplinas sobre a Teoria da Administração. Deriva da análise da burocracia estatal a leitura sobre a empresarial. Para ambas constata: a burocracia, de aparente funcionalidade mediadora, assume o claro papel de dominação de classe. Desse modo, as teorias da administração que desejam arquitetar uma burocracia eficiente, através de harmonias administrativas, como em Taylor, Fayol ou nas Relações Humanas, respondem às condições históricas de suas épocas e expressam o controle e a opressão de uma classe. Em síntese, administração é controle do trabalho. Para as teorias mais contemporâneas, aquelas que se emparelham à Escola de Relações Humanas e que apresentam o participacionismo ou a cogestão como novidades, Tragtenberg desnuda-as, revelando que objetivam eliminar os conflitos e alcançar a coesão e integração dos trabalhadores. Não por acaso, Ozaí apresenta o reconhecimento de Ricardo Antunes a Tragtenberg, considerando-o precursor da análise da reestruturação produtiva no Brasil.

O raciocínio impresso à administração estatal e empresarial aplica-se também à escolar, etapa derradeira da obra de Ozaí. Abre-se o destaque inicial ao ambiente universitário. Sobre ele, revela o autor, são desferidos duros golpes, que mantêm, seguramente, no divã nossas instituições ainda hoje. Pela composição do cenário, tem-se a impressão de que Tragtenberg atua hoje como professor visitante nos nossos departamentos. O estudioso da burocracia garante que as mazelas universitárias originam-se da delinquência acadêmica com a desresponsabilização do intelectual diante do mundo. Construir pesquisas sob o manto da neutralidade científica soa bem aos manuais de métodos e técnicas, mas ofende o princípio público da universidade. Compromisso e responsabilidade com a realidade circundante significam comprometer a pesquisa com a solução dos graves problemas sociais que enfrentamos, significa animar uma ciência militante.

Longe disso reside a ciência desinteressada, aquela que dialoga para si ou para dentro, sem razão social para existir. Mas Tragtenberg sabe bem que o desinteresse é interesse e que toda neutralidade é carregada valorativamente. Desse modo, o campo científico se abre em conflito para que seus atores possam, através da ciência, dar continuidade ao antagonismo de classe que opera inicialmente nas fábricas. Na verdade, entre as fábricas e as universidades há uma íntima relação, mais do que isso, um forte paralelo. Em termos, a universidade é uma grande fábrica de mão de obra. Fazendo uma analogia com as imagens do clipe *The Wall*, da banda inglesa *Pink Floyd*, poderíamos dizer que a universidade produz em massa. Assim, responde à realidade em que está inserida, estimulando condutas e pensamentos exigidos para os profissionais atuais. Se se demanda um trabalhador polivalente, a formação será generalizante, por meio de projetos, estimulando o trabalho em equipe ou o empreendedorismo.

Ainda sobre a composição do paralelo arquitetado no livro, poder-se-ia dizer que a universidade-fábrica também reproduz as condições sociais vigentes e dominantes. À luz do pensamento de Bourdieu, ter-se-ia a reprodução como marca predominante no universo escolar, sobretudo porque legitima o conhecimento, a linguagem e os valores dominantes, quando os elege como oficiais, corretos e exigidos nas avaliações. Ozaí reforça aqui a inexistência de brecha para escorregões incoerentes, e aponta que Tragtenberg ratifica a tese de que a escola e, em particular, a universidade são instituições, como as demais, atravessadas por interesses de classe.

Nesse quadro sombrio ainda se lê um último componente decrépito, nocivo e resistente que assombra departamentos em universidades país afora: o taylorismo intelectual. Além de ser comum a acomodação docente na produção de pesquisas inodoras, ou na resposta imediata a reformas educacionais que reagem a contento às demandas mercadológicas, acomodamo-nos também sobre as especializações teóricas. Cada docente resumido a uma única temática, dentro da divisão rígida do conhecimento em compartimentos estanques.

Os muros disciplinares se erguem para diferenciar conteúdos, mas tiram deles seus vínculos, seus diálogos e, portanto, sua riqueza. A anemia intelectual presente nessa perspectiva engaveta conceitos de forma arbitrária. Perguntaríamos: em que área guardar o sindicalismo? Na sociologia ou na ciência política? E o Estado? E nossos mestres, onde os enquadraríamos? Florestan Fernandes, em razão de sua pesquisa sobre os Tupinambás, foi um antropólogo? Qualquer taylorista, e eles existem aos montes entre nós, faria a alocação sob critérios absolutamente

contestáveis. Tragtenberg, como nos demonstra a obra, nas orientações e pesquisas, transitou entre as áreas por saber e ignorar os muros. Por saber que os objetos de pesquisa não nascem nas gavetas, mas são componentes de uma realidade que é síntese do diverso e assim devem ser estudados.

Sua prática aponta para a mudança imprimindo um tom de esperança e não de fatalismo. No mesmo diapasão, se espera que a educação escolar possa romper com a burocratização através de uma pedagogia libertária. Assim como, para Tragtenberg, os sindicatos e conselhos marcam sua prática revolucionária pela liberdade da organização, as escolas precisariam entregar aos envolvidos o seu controle. Temáticas como a paridade nas eleições ou até a participação discente em bancas para a escolha de docentes caracterizariam uma prática democrática em franca oposição ao autoritarismo representado pela hierarquização burocrática. A palavra-chave para a libertação é, destarte, a autogestão.

Provavelmente, a bandeira, erguida por Tragtenberg e revelada por Ozaí, contamina-se até as raízes de espontaneísmo que há muito é alvo de crítica dos estudos sobre o sindicalismo e a luta de classes. Seus limites poderiam estar presentes no livro, expressos nos diálogos em que o próprio objeto se envolveu. Entretanto, o tom de homenagem, que, por um lado, dá à obra suavidade e proximidade, por outro extirpa um contraponto relevante daquilo que foi o núcleo do pensamento de Tragtenberg.